

VERÓNICA MACAMO E O 7 DE ABRIL: Sejam solidárias umas com as outras

11 Abril 2016



A PRESIDENTE da Assembleia da República, Verónica Macamo, defende que as mulheres devem ser solidárias umas com as outras e evitarem a tendência de se “comportarem como homens” quando são eleitas ou nomeadas para dirigir uma área tradicionalmente reservada aos homens.

Macamo fez este pronunciamento numa palestra que proferiu quarta-feira na Autoridade Tributária de Moçambique (AT), intitulada “O Papel da Mulher no Desenvolvimento Económico do País”, por ocasião da celebração do 7 de Abril, Dia da Mulher Moçambicana.

A Presidente do Parlamento criticava, com aquela declaração, aquelas mulheres que uma vez indicadas, nomeadas ou eleitas para os cargos de decisão se esforçam em afastar ou empurrar as outras para fora do seu convívio e mesmo para não seguirem as suas pegadas, mesmo que sejam detentoras de experiências e exemplos positivos que contribuam para a elevação de outras mulheres.

Numa contextualização histórica e social da participação da mulher em várias frentes, Verónica Macamo referiu-se ao despertar da consciência política e nacionalista da mulher moçambicana bem como da necessidade da sua participação activa na luta de libertação nacional, afirmando que ela ganhou mais vigor a partir de 4 de Março de 1968, com a criação do Destacamento Feminino, e mais tarde com a criação da Organização da Mulher Moçambicana, a 16 de Março de 1973.

Disse que a mulher participou na luta armada, par a par ao lado do homem. A sua participação nas várias frentes da luta de libertação nacional, designadamente no transporte de material de guerra e mantimentos, na Saúde e Educação e mais tarde nos combates.

Essa participação da mulher na luta, segundo afirmou, não só permitiu que a luta ganhasse mais ímpeto, como contribuiu para que se quebrassem vários tabus relativos ao papel da mulher. Verónica Macamo, que em 1974 treinou em Nachingweia como guerrilheira da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), referiu-se à célebre palavra de ordem da época, segundo a qual “a emancipação da mulher é uma necessidade da revolução e condição do seu triunfo”.

Citou vários exemplos de mulheres corajosas líderes e heroínas, com destaque para Josina Machel, Marina Pachinuapa, Deolinda Guezimane, Filomena Nachaque e a falecida secretária-geral da OMM Paulina Mateus, cujos feitos foram determinantes para a vitória do povo moçambicano contra o colonialismo português.

Após a independência, afirmou, alterou-se, ao nível nacional, o paradigma da relação entre homens e mulheres. Não foi fácil, segundo Verónica Macamo, pois houve muita confusão no entendimento do conceito de emancipação da mulher. Não só criou confusão no seio dos homens como também das próprias mulheres.

“O que nós temos defendido é que a equidade de género deve ser entendida no sentido de que a emancipação da mulher não é contra o homem. Ela constitui um ganho incomensurável para todos, pois a sociedade aproveita as capacidades, conhecimentos, inteligência e sensibilidades de homens e mulheres”, disse.

Até à altura da independência o grande obstáculo era o analfabetismo, que ultrapassava os 90 por cento da população moçambicana e, sendo as mulheres maioritárias na estrutura populacional, eram, naturalmente, as mais afectadas, indicou.

Para fazer face a este constrangimento foram introduzidas, em todo o território nacional, aulas de alfabetização de adultos e programas de educação da rapariga, o que permitiu ao país ter muitas mulheres formadas em várias frentes e a realizarem tarefas tradicionalmente reservadas aos homens. Com efeito, segundo a Presidente da Assembleia da República, o país passou a ter mulheres enfermeiras, médicas, professoras primárias, secundárias e universitárias, pilotos, advogadas, juízes, diplomatas, etc.

Verónica Macamo indicou que houve situações em que as mulheres pensavam que com a emancipação deixavam de ter responsabilidade familiar. Por exemplo, exigiam que os homens passassem a lavar e engomar a roupa, mudar fraldas às crianças e, por sua vez, os homens diziam que a emancipação da mulher era da porta de casa para fora.

Segundo afirmou, educar raparigas e rapazes é importante para a equidade de género, pois a formação, educação e capacitação de homens e mulheres produz ganhos benéficos para a sociedade, permite que homens e mulheres possam concorrer para o emprego.

A título de exemplo, indicou que dados recentes revelam que no Ensino Primário do 1.º Grau a taxa líquida de escolarização para o sexo feminino cresceu mais de 50 por cento em 2000 para mais de 90 por cento em 2012, “o que demonstra que estamos a lançar as sementes para que o objectivo da equidade do género em 2030 seja uma realidade”.

Disse que o quadro legal vigente orienta toda a acção do Governo para o empoderamento económico de homens e mulheres. A Constituição da República consagra, nos seus artigos 35 e 36, os princípios da igualdade de direitos entre os homens e mulheres e da igualdade de género, respectivamente. Consagra ainda que o Estado promove, apoia e valoriza o desenvolvimento da mulher e incentiva o seu papel crescente na sociedade em todas as esferas da vida política, económica, social e cultural do país.

“Contudo, ainda temos muitos desafios a enfrentar neste campo. Continuar a educar a sociedade é muito importante, pois na nossa tradição há ainda muitos obstáculos, sobretudo culturais, por vencer. E, como sabemos, a cultura não se muda com decretos”, afirmou.

A Presidente da Assembleia da República disse que a vontade política em relação às questões de género vem também expressa no Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, criando espaço para que no processo de desenvolvimento económico e social do país se privilegie

maior equidade no acesso aos recursos e benefícios e os planos económicos e sociais constituem os instrumentos que operacionalizam esta vontade do Executivo.

“Actualmente não precisamos de lupa para notar que são inúmeras as mulheres que participam activamente nas diversas áreas da vida política, económica, social e cultural, bem como aquelas que adquirem graus universitários e entram para o mercado laboral e noutras esferas tradicionalmente associadas aos homens”, anotou.

MULHER NO GOVERNO E NO PARLAMENTO

Verónica Macamo afirmou que na presente legislatura num universo de 250 deputados 97 são mulheres, o que representa 39 por cento, e duas das três bancadas parlamentares são chefiadas por mulheres. Duas das seis comissões de trabalho da Assembleia da República e o Gabinete da Mulher Parlamentar são também dirigidas por mulheres.

O Conselho de Ministros, composto por 21 ministros, conta com cinco mulheres, o que corresponde a 23.8 por cento. Nove mulheres são vice-ministras, o correspondente a 47.8 por cento, de um universo de 19 vice-ministros, e 21 secretários permanentes, dos quais 54 por cento são mulheres.

Dos 11 governadores provinciais quatro são mulheres, o que corresponde a 36.4 por cento. De todos os membros das assembleias provinciais do país 35.6 por cento são mulheres e dos 53 presidentes dos conselhos municipais cinco são mulheres, representando nove por cento, e dos presidentes das assembleias municipais cinco são mulheres.

A Presidente da Assembleia da República disse que nos municípios os números não sofreram alteração porque as mulheres raramente aparecem a concorrer. Na área judicial o Ministério Público é dirigido por uma Procuradora-Geral da República e 44 por cento são procuradoras-gerais-adjuntas e 30.5 por cento são juízas.

NA ESFERA ECONÓMICA

Neste domínio a Presidente da Assembleia da República disse haver ainda vários desafios.

“Não queremos que a mulher continue a ser cara da pobreza”, disse, acrescentando que na área económica as mulheres têm tido um papel cada vez mais crescente. No mercado informal a mulher ocupa um lugar de destaque, mas à medida que se sobe na pirâmide o peso da sua participação vai decrescendo.

Verónica Macamo considera isso negativo, porque sendo as mulheres a maioria da população significa que o país ainda não explora devidamente a sua contribuição na economia. Defendeu a necessidade de se disponibilizar recursos financeiros, sobretudo às pequenas e médias empresas, e a criação de mecanismos de acesso ao crédito bonificado para as mulheres empresárias das zonas urbanas e rurais, de modo a que o empoderamento da mulher seja efectivo.

É crucial que a inclusão financeira das mulheres, em particular no sector informal e as camponesas, que são o suporte da maior parte das famílias moçambicanas, tenham acesso, sem barreiras, aos serviços das instituições financeiras, tais como crédito, seguros, poupanças e transacções, para que a pobreza deixe de ter a cara da mulher.

A Presidente da Assembleia da República disse mesmo que fica entristecida quando os bancos não concedem crédito às mulheres.

Encorajou mulheres e homens da Autoridade Tributária a continuarem a arrecadar receitas através da cobrança de taxas, para o crescimento do país.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/53712-veronica-macamo-e-o-7-de-abril-sejamos-solidarias-umas-com-as-outras>